



18887442



08004.000031/2022-56



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (18887369)

Data	19/07/2022	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Maria Cardoso Grochevicz	SEOPI
2	Elvis Silves Pereira	SEOPI
3	Bruna Ignacio Moreira	CGGE/SPO
4	Marcus Vinicius Fernandes Andrade da Silva	SENACON
5	Raquel dos Santos Ribeiro	AN
6	Wesley de Mello Leao	PRF
7	Camilla Rodrigues Marques	FUNAI
8	Marcia Aiko Tsunoda	DEPEN
9	Neuracy Maria dos Santos Cartaxo	SENAJUS
10	Giovanni Magliano Junior	SENAD
11	Charles de Azevedo Goncalves	SEGEN
12	Priscilla Oliveira	SENASP
13	Tony Gean Barbosa de Castro	PF
14	Maria do Carmo Rodrigues Macedo	SENAJUS
15	Diego Mantovaneli do Monte	SEGEN

**Pauta da reunião
(18887248)**

1. Apresentação Inicial
2. Pendências – Formulário de detalhamento – 5 minutos
3. Pendências – Relatório de monitoramento - maio de 2022 – 5 minutos
4. Atualização de formulários de detalhamento após alterações da nova carteira – 5 minutos
5. Apresentação (SENASP) 15 - minutos
6. Informes Gerais – 10 minutos
7. Encaminhamentos

1. A Sra. Bruna Ignácio Moreira, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, na ausência temporária do Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, deu início à reunião ordinária da CT-CGE às 15:00 do dia 19 de julho de 2022, de forma remota (on-line, por meio do aplicativo *Microsoft Teams*), agradecendo a participação dos presentes, e em seguida, apresentou a pauta da reunião (18887248).
2. O primeiro tópico da reunião tratou das pendências de envio do formulário de detalhamento das políticas públicas, após apresentação em reunião da CT-CGE. Foi apresentado o percentual de detalhamento das políticas públicas do MJSP, que atualmente conta com 93% do seu detalhamento realizado, o que corresponde ao número de 69 (sessenta e nove), de um total de 74 (setenta e quatro) políticas públicas da carteira vigente. A Sra. Bruna informou a pendência de entrega do relatório de detalhamento pela SENASP da política pública apresentada na reunião da CT-CGE no dia 19 de junho de 2022.
3. Na sequência, foram informadas as unidades com pendências no envio do relatório de monitoramento do ciclo de maio de 2022. A Sra. Bruna Moreira reforçou a importância de as unidades observarem os prazos referentes aos ciclos de monitoramento quadrimestrais (maio, setembro e janeiro) e reiterou que o prazo final para o envio dos relatórios de monitoramento do Ciclo de Maio de 2022 encerrou-se em 6 de maio de 2022.
4. Em seguida, foi apresentado o CURSO - Gestão de Políticas Públicas no âmbito da CT-CGE, que vem sendo realizado pela CGGE para os novos pontos focais da Comissão.
5. Concluído o tópico anterior da pauta, foi iniciada a apresentação do detalhamento da seguinte Política Pública:
 1. SENASP – Política Nacional de Segurança Pública - Eixo: Promoção da Segurança e Defesa da Mulher (18887280).
6. Após a apresentação, a Sra. Márcia Aiko do DEPEN solicitou que na ocasião dos encontros referentes à temática da política apresentada, realizados pela SENASP nos Estados e Municípios, fossem contactados a Secretaria de Administração Penitenciária do local onde irá acontecer os encontros para que os profissionais do DEPEN possam participar do compartilhamento das informações disponibilizadas pela SENAP sobre o assunto.
7. Passando para o tópico relativo aos informes gerais, a Sra. Bruna Moreira informou aos presentes a Política Pública selecionada para ser apresentada na próxima reunião ordinária da CT-CGE, prevista para o dia 16 de agosto de 2022:
 1. SENASP – Política Nacional de Segurança Pública – Eixo: Aprimoramento de Governança e Gestão das Ações de Segurança Pública e Defesa Social.
8. Consequente, a Sra. Bruna informou sobre o início do 2º Evento de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023 – Ano base 2022, e reforçou o prazo para que as unidades enviem as informações - até o dia 28 de julho de 2022.
9. Em relação à Fase Final Quantitativa PLOA 2023, a Sra. Bruna agradeceu a todos os envolvidos e informou que o MJSP conseguiu enviar a proposta ao Ministério da Economia dentro do prazo estabelecido. Informou também que foi encaminhado o pedido de expansão do referencial monetário pelo Ministério e que está em análise pela SOF/ME.
10. Em seguida, a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional apresentou os projetos e indicadores estratégicos do Planejamento Estratégico MJSP 2020-2023 que serão apresentados na próxima reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE, prevista para o dia 28 de julho de 2022:

SENASP

Projeto: “Em frente Brasil”;

Indicador: “Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta”.

PRF

Projeto: “Multiagências”;

Indicador: “Operações de combate à criminalidade”.

SEOPI

Projeto: “Rede de Centros Integrados de Inteligência”;

Indicador: “Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas”.

11. Continuando, informou que o Ministério recebeu um Ofício do TCU o qual solicita a apresentação de algumas informações e comunica o início de fiscalização para avaliar os programas federais destinados à defesa e promoção de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTQIA+).
12. Em seguida, fez algumas observações sobre a publicação do decreto de Estrutura do Ministério:
 1. as nomeações/designações para cargos/funções serão conduzidas, unicamente, no processo De/Para, que será encaminhado pela CGGP, a partir de 20 de julho de 2022;
 2. não haverá nomeação/designação fora do processo De/Para no período de 26 de julho a 19 de setembro de 2022;
 3. em caso de nova nomeação ou designação, os servidores que estiverem afastados (férias, licença para tratamento de saúde, licença capacitação etc.) no dia do ato, 19 de setembro de 2022, não poderão tomar posse, ou seja haverá solução de continuidade do cargo/função. Para os servidores cedidos e sem vínculo, isso implica em quebra de vínculo; e
 4. com a entrada em vigor do decreto, as unidades devem zelar para que os servidores exonerados/dispensados automaticamente dos cargos não exerçam as atividades do extinto cargo.
13. Na sequência, informou sobre as deliberações da 18ª Reunião do Conselho Interministerial de Governança (CIG):
 1. A Casa Civil apresentou um levantamento dos acórdãos do Tribunal de contas da União – TCU com impacto ao CIG:
 - Acórdão nº 2241/2019 – Plenário (Boas práticas de governança nas políticas de fronteiras);
 - Acórdão nº 403/2022 – Plenário (Melhoria da governança de órgãos e entidades).
14. Por fim, a Sra. Bruna Moreira abriu a palavra para os participantes que quisessem fazer algum apontamento ou fazer alguma sugestão de pauta para a próxima reunião, mas não houve manifestação.
15. Encerrada a pauta prevista, a Sra. Bruna Moreira agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- CGGE enviará e-mail contendo:
 - Apresentação CT-CGE;
 - Memória da reunião; e
 - Planilha de Controle de detalhamento e monitoramento de políticas públicas.
 - Ata da 18ª Reunião do Conselho Interministerial de Governança (CIG).
- Solicita-se às UNIDADES:
 - Apresentações das políticas públicas; e
 - Detalhamento e monitoramento de políticas públicas pendentes por meio de processo SEI para a caixa SEI da CT-CGE.
- Gravação da reunião:
 - Link da gravação da reunião – [Clique aqui](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Fernandes Andrade da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 09/08/2022, às 12:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Neuracy Maria dos Santos Cartaxo, Gerente de Projetos**, em 09/08/2022, às 15:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILLA RODRIGUES MARQUES, Usuário Externo**, em 11/08/2022, às 10:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELVIS SILVARES PEREIRA, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 12/08/2022, às 16:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CARDOSO GROCHEVICZ, Setor de Gestão Estratégica - Substituto(a)**, em 12/08/2022, às 17:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE CARVALHO PIRES FULTON, Coordenador(a) Administrativo(a) da Diretoria de Gestão de Ativos**, em 15/08/2022, às 10:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel dos Santos Ribeiro, Usuário Externo**, em 16/08/2022, às 15:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Aiko Tsunoda, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos**, em 17/08/2022, às 11:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY DE MELLO LEÃO, Usuário Externo**, em 23/08/2022, às 18:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 30/08/2022, às 13:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **18887442** e o código CRC **628D4B0D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.